



Universidades Lusíada

Pinto, Ana Filipe Amaral

As ações desenvolvidas na Casa da Misericórdia de Viseu : dos primórdios à atualidade

<http://hdl.handle.net/11067/6074>

<https://doi.org/10.34628/4mhd-rk93>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

As Misericórdias nasceram por incentivo da Coroa e desde logo se distinguiram das demais confrarias pelas características unitárias que apresentavam. A criação de edifícios permitiu a estas instituições concretizar, mais facilmente, ações de filantropia. A Misericórdia de Viseu não foi exceção, criando um edifício destinado não só à prática espiritual, mas igualmente às práticas caritativa, administrativa, educacional, celebrativa, litúrgica e funerária. O presente estudo visa dar a conhecer o e...

The Mercies were born by encouragement of the Crown and, from the outset, distinguished themselves from other confraternities by the unique characteristics they presented. The creation of buildings enabled these institutions to more easily realize charitable actions. The Misericórdia de Viseu was no exception, creating a building destined not only for spiritual practice, but also for charitable, administrative, educational, celebratory, liturgical and funeral practices. This study aims to make ...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-12-25T09:52:42Z com informação proveniente do Repositório

COORDENAÇÃO

Joana Balsa de Pinho

Maria João Bonina

Fernando Grilo

Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade

ESPAÇOS, FUNÇÕES E PROTAGONISTAS



THEYA

As ações desenvolvidas na *Casa da Misericórdia*¹ de Viseu: dos primórdios à atualidade

Resumo

As Misericórdias nasceram por incentivo da Coroa e desde logo se distinguiram das demais confrarias pelas características unitárias que apresentavam. A criação de edifícios permitiu a estas instituições concretizar, mais facilmente, ações de filantropia. A Misericórdia de Viseu não foi exceção, criando um edifício destinado não só à prática espiritual, mas igualmente às práticas caritativa, administrativa, educacional, celebrativa, litúrgica e funerária. O presente estudo visa dar a conhecer o edifício da Igreja da Misericórdia de Viseu como um todo, indicando as funções nela desenvolvidas desde os seus primórdios até à atualidade. Para tal, efetuou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática, particularmente da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, analisando-se não só as fontes secundárias, mas sobretudo as fontes primárias. Conclui-se que a Misericórdia viseense desempenhou na sua *Casa* variadíssimas funções que lhe permitiram tornar-se um caso relevante pela sua abrangência, não só ao nível das ofertas diversificadas, mas também para um público mais alargado.

Abstract

The Mercies were born by encouragement of the Crown and, from the outset, distinguished themselves from other confraternities by the unique characteristics they presented. The creation of buildings enabled these institutions to more easily realize charitable actions. The Misericórdia de Viseu was no exception, creating a building destined not only for spiritual practice, but also for charitable, administrative, educational, celebratory, liturgical and funeral practices. This study aims to make known the building Church of the Mercy of Viseu as a whole, indicating the functions developed in it from its earliest days to the present day. For this, a bibliographical review was done on the subject, particularly on the Santa Casa da Misericórdia de Viseu, analyzing not only secondary sources, but especially primary sources. We concluded that the Misericórdia de Viseu performed in its *House* varied functions that allowed it to become a relevant case for its scope, not only at the level of diversified offers, but also for a wider public.

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Criada em Lisboa, em 1498, a primeira Misericórdia foi replicada por todo o país e até nos territórios que constituíam o império português. Estas confrarias de leigos, que se organizam sob a invocação da Nossa Senhora da Misericórdia e

¹ Expressão usada por Joana Balsa de Pinho na seguinte obra: Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho, *As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e a Arquitectura quinhentista portuguesa*, texto policopiado, vol. 1, dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade de Lisboa pela Faculdade de Letras, 2012 (versão eletrónica em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686>, consultada em 5 de maio de 2018). Por não se tratar de uma expressão nossa, optámos por colocá-la, ao longo de todo o texto, em itálico.

que contavam com a proteção régia, enveredaram pela prática assistencial e espiritual e responderam eficazmente às necessidades da sociedade de então.

A prestação de assistência e a prática espiritual exigiram às confrarias leonorinas a criação de edifícios próprios. Nesse sentido, algumas Misericórdias, onde se inclui a Santa Casa da Misericórdia de Viseu, erigiram um único edifício onde se praticava a componente espiritual, caritativa, administrativa, celebrativa, litúrgica e funerária, diferenciando-se de outros edifícios religiosos por lhe conferirem esta globalidade de usos².

Neste estudo, procuramos demonstrar que no edifício construído de raiz pela Misericórdia viseense se desempenharam diversas funções que demonstram a ação abrangente que esta instituição desempenhou, e continua a desempenhar, junto da comunidade local.

Para a sua consecução, efetuou-se uma revisão bibliográfica sobre a temática, recorrendo-se à literatura na área das Misericórdias, nomeadamente da Santa Casa da Misericórdia de Viseu. Além das obras impressas, optámos por analisar as fontes primárias existentes, maioritariamente, no Arquivo Histórico da Misericórdia viseense.

Relativamente à estrutura do presente trabalho, optámos por dividi-lo em cinco secções. Na primeira secção, efetuam-se as considerações iniciais, apresentando os objetivos do trabalho, a metodologia utilizada e a sua organização. De seguida, faz-se um breve enquadramento histórico das Misericórdias portuguesas. Na terceira secção, indicam-se alguns marcos importantes da história da Santa Casa da Misericórdia de Viseu. Na secção seguinte, dão-se a conhecer as ações realizadas nos vulgarmente designados anexos da igreja da Misericórdia de Viseu. Nas considerações finais, correspondentes à última secção, apresentamos algumas reflexões do estudo desenvolvido, acabando por tecer algumas considerações de teor pessoal, referindo alguns entraves que surgiram e propondo novas formas e linhas de investigação para futuras pesquisas.

2. AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS: BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Numa conjuntura de mudança e com uma Coroa enriquecida surge³, a 15 de agosto de 1498, a primeira Misericórdia, situada em Lisboa e instituída pela Ra-

² *Idem, ibidem*, p. 5.

³ Recordamos que neste período Vasco da Gama chega à Índia, criam-se os forais novos, reformulam-se as Ordenações do Reino, produzem-se novos regimentos, ordena-se a Leitura Nova, excluem-se os judeus e os mouros da vida social portuguesa e fortalece-se o poder político e económico das Ordens Militares.

inha D. Leonor⁴, à época regente do reino. Esta confraria foi o ponto de partida para a «edificação em série» de Misericórdias em todo o território nacional – continente e ilhas, existindo em quase todos os concelhos – e até nos territórios de além-mar que compunham o império português, chegando mesmo a existir em lugares que nunca foram de soberania dos portugueses⁵.

A maioria das Misericórdias surgiu e funcionou durante o Antigo Regime, embora não seja, para já, possível comprovar documentalmente a data inaugural de algumas delas⁶. Foram concebidas como confrarias incumbidas da prática de obras de caridade e encontravam-se sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia e o incentivo e a proteção régios⁷.

⁴ Porém, para alguns autores, esta fundação não se deve à Rainha D. Leonor, mas a frei Miguel Contreiras. Veja-se, a título de exemplo, a obra de Costa Goldolphim, intitulada *As Misericórdias*, onde o autor indica que Contreiras elaborou o compromisso e entregou-o a D. Leonor pedindo-lhe que «humildemente quizesse favorecer este santo intento». Costa Goodolphim, *As Misericórdias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 19 (versão eletrónica em http://purl.pt/6450/4/sc-53231-v_PDF/sc-53231-v_PDF_24-C-R0150/sc-53231v_0000_capa-cap_t24-C-R0150.pdf, consultada em 10 de maio de 2018). Já para Ivo Sousa, «a verdade é que, documentalmente, frei Miguel não existe, não «sobrevivendo» também em qualquer memória impressa ou manuscrita anterior a 1574-1575». Ivo Carneiro Sousa, *Da descoberta da Misericórdia à fundação das Misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito, 1999, p. 123. Fruto da realidade ou da imaginação, frei Miguel acabou por ser representado nas bandeiras das Misericórdias após Alvará de 24 de abril de 1627 (período filipino).

⁵ Isabel Gomes Sá, «As misericórdias no Império Português (1500-1800)», in *500 Anos das Misericórdias Portuguesas: solidariedade de geração em geração*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, p. 101 (versão eletrónica em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4343>, consultada em 9 de maio de 2018).

⁶ Vários são os autores que se debruçam sobre o estudo das datas fundacionais das Misericórdias, mas ainda persistem algumas dúvidas sobre a data de instituição da totalidade das Santas Casas. Sobre este aspeto, veja-se José Pedro Paiva, «Um património hipervalorizado e precisamente determinado. A datação da origem das Misericórdias», in *Dia do Património das Misericórdias – Atas 2016*, Viseu, União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 37-49.

⁷ A concessão de privilégios por parte dos monarcas transformou as Misericórdias «numa das formas associativas mais vantajosas, a julgar pela iniciativa da sua criação, que coube muitas vezes a particulares» Isabel dos Guimarães Sá, «As Misericórdias», in F. Bethencourt & K. Chaudhuri, *História da expansão portuguesa*, s. l., Círculo de Leitores, 1998, p. 360 (versão eletrónica em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12118/1/hist%20exp%20port%20igs.pdf>, consultada em 10 de maio de 2018). Estes privilégios tinham como principal objetivo a atuação benemérita, para a qual também muitos particulares contribuíram ao legarem, por vezes, avultados bens e réditos, com o intuito de «resgatarem a sua alma» por intermédio do patrocínio das obras caritativas (Francisco D'Orey Manoel & Nelson Moreira

Desde cedo que estas instituições adquiriram um carácter original no que diz respeito às práticas de assistência à população. Tornaram-se, à época, inovadoras por levarem a cabo uma atuação mais abrangente – para um público mais alargado e com uma oferta mais diversificada de serviços que prestavam à comunidade, desde acompanhamento de doentes, apoio material, judicial e espiritual aos presos e condenados à morte, resgate de cativos, assistência às camadas mais pobres da população, enterramento dos mortos, dotação de órfãs e administração de hospitais. Este apoio material era acompanhado por práticas espirituais e pela forte presença na vida religiosa, através da participação ativa nos enterros, procissões e celebrações litúrgicas⁸.

Tal como se previa, no decurso de cinco séculos, as Misericórdias sofreram algumas transformações em virtude da evolução social, política, económica e cultural de Portugal e do mundo. Como Joana Balsa de Pinho⁹ aludiu, os ideais evangélicos da caridade foram transformados em filantropia, beneficência e solidariedade, o auxílio prestado aos pobres e cativos deu lugar à ajuda prestada aos idosos e às crianças e as albergarias foram substituídas pelas unidades de cuidados continuados e pelas creches. Conclui-se que os públicos se alteraram, mas o objetivo manteve-se, permanecendo sempre as Misericórdias ao «serviço de quem precisa»¹⁰.

3. A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VISEU: ALGUNS MARCOS IMPORTANTES DA SUA HISTÓRIA

A Misericórdia de Viseu recebeu, nos alvares do século XVI, o Compromisso da Misericórdia de Lisboa, datado de 1516, com nota do punho do Rei D. Manuel I¹¹. O que não significa que este documento marque a fundação da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, podendo encarar-se como sancionador de uma irmandade já operante ou, pelo contrário, antecessor do funcionamento da própria instituição. Como primeiro provedor, autores locais, como Maximiano de

Antão, «Para além do silêncio dos arquivos: o acervo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a investigação historiográfica», *Revista Cidade Solidária*, n.º 24, ano XIII, 2010, p. 175).

⁸ Francisco D'Orey Manoel & Nelson Moreira Antão, *op. cit.*, p. 174.

⁹ Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho, *op. cit.*, p. 89.

¹⁰ Lema da Santa Casa da Misericórdia de Viseu.

¹¹ Nessa nota pode ler-se: «Mandamos que este Compromisso se cumpra e guarde pella Misericórdia da Cidade de Vizeu afim e tão inteiramente como se n'elle contem. El rey». Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Viseu (AHSCMV), 1.º Compromisso da Miz.a de Lx.a. Na sua fundação em 1498, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1516, fl. 17v.

Aragão¹², Reinaldo Cardoso de Almeida¹³ e Alexandre Alves¹⁴, indicam o bispo D. Diogo Ortiz de Vilhegas, porém, o silêncio das fontes não nos permite asseverar esta informação.

A Misericórdia viseense, assim como terá acontecido por todo o país, permitiu suprir as fragilidades de uma assistência prestada quase espontaneamente à população local. Cuidou dos humildes e desprotegidos, dos que imploravam por alimento, por agasalho ou até por um teto para pernoitar, assim como dos que adoeciam, dos que permaneciam presos, dos mendicantes sem possibilidade de adquirir sepultura¹⁵ ou órfãs sem dote para casar.

No decurso de cinco séculos, evidenciou-se a componente social desta Misericórdia, para o que contribuíram as ofertas de indivíduos que no celibato ou na falta de descendência legaram à instituição parte substancial ou a totalidade do património em benefício dos mais necessitados. Foi desta ação de filantropia que resultou a entrega do Hospital das Chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo, pelos seus benfeitores, Jerónimo Bravo e Isabel de Almeida, à Misericórdia, constituindo o primeiro hospital da instituição, que, pese embora os reparos feitos no edifício, acabou por perder protagonismo na centúria de oitocentos com a criação do Hospital Novo¹⁶.

A todas estas ações de beneficência juntaram-se tantas outras que permitiram elevar o bom nome da Santa Casa por toda a cidade e por todo o país. Desde a criação da Sopa Económica, distribuída a pobres nos meses de rigorosa inverno¹⁷; a instituição do Asilo, criado, em 1869¹⁸, no hospital da Misericórdia e transferido, em 1902, para o Pinhal do Deão, termo da quinta de S. Caetano; a

¹² Maximiano de Aragão, *Viseu: instituições sociais*, Lisboa, Seara Nova, 1936, p. 34.

¹³ Reinaldo Cardoso Almeida, *Santa Casa da Misericórdia de Viseu. Subsídios para a sua história*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1985, p. 25.

¹⁴ Alexandre Alves, *Igreja da Misericórdia de Viseu*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 1988, p. 7.

¹⁵ Vera Magalhães, «Misericórdia de Viseu: uma história de bem-fazer», in Alberto Correia & Vera Magalhães (coord.), *Tesouro da Misericórdia: catálogo*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 2013, p. 18.

¹⁶ A entrada dos primeiros doentes neste hospital, ainda por concluir, data de 1842. Sobre o Hospital Novo veja-se: Vera Magalhães, *O Hospital Novo da Misericórdia de Viseu: assistência, poder e imagem*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 2011.

¹⁷ AHSCMV, *Actas das sessões da Mesa Administrativa*, Cota [antiga 1]: 30. Cota [antiga 2]: MAN 508, 1880-1887, fl. 36.

¹⁸ AHSCMV, *Actas das sessões da Mesa Administrativa*, Cota [antiga 1]: 28. Cota [antiga 2]: MAN 504, 1863-1872, fl. 152.

abertura do Lactário-Creche, em 1940¹⁹, e da Assistência à Maternidade e Primeira Infância, em 1957²⁰, assim como, numa fase posterior, a criação de centros de dia²¹, lares²² e também infantários, berçários²³ e creches²⁴.

4. AS FUNÇÕES DESENVOLVIDAS NA CASA DA MISERICÓRDIA DE VISEU

A par da relevante ação social, a Santa Casa da Misericórdia de Viseu seguiu, à luz do primitivo Compromisso, a organização do culto que compreendia o serviço religioso frequente e as cerimónias processionais²⁵. Para cumprimento dessa vertente cultural, estabeleceu a sua primeira capela nas proximidades da Sé, no sítio do Arvoredo²⁶. Porém, não chegaram até nós vestígios documentais nem materiais desse templo da Misericórdia viseense. Posteriormente, o bispo D. Jorge de Ataíde transferiu esta capela para um local onde se situaria «frente a frente» com a Sé, acabando por reposicioná-la estrategicamente num espaço crucial da cidade, o que exprimia a condição social e institucional da confraria²⁷.

No ano de 1775, na provedoria de José Teixeira de Carvalho, o mestre pedreiro António da Costa Faro arrematou as obras da fachada e das torres da igreja, devido ao estado degradante em que se encontravam²⁸. Desde então, a

¹⁹ AHSCMV, *Livro de Actas das Sessões da Misericórdia de Viseu*, Cota [antiga 1]: 3, 1931-1945, fl. 134v.

²⁰ AHSCMV, *Livro de Actas das Sessões da Mesa da Misericórdia*, Cota [antiga 1]: 5, 1951-1959, fl. 152v.

²¹ O já referido Centro de Dia de Santa Maria, inicialmente criado na ala norte da *Casa da Misericórdia* e o Centro de Dia de Teivas, fundado em 1985. *Idem, ibidem*, fl. 120.

²² Em 1957, o Asilo Viscondessa de S. Caetano dá lugar ao Lar Viscondessa de S. Caetano. AHSCMV, *Livro de Actas*, Cota [antiga 1]: 7, 1965-1968, fls. 60-60v. Em 1994, sucede a abertura da Residência Rainha D. Leonor, na quinta de S. Caetano, sob projeto do arquiteto João Monteiro Leite. AHSCMV, *Actas da Mesa Administrativa*, Cota [antiga 1]: 13, 1993-1997, fl. 50v.

²³ O Berçário de S. Teotónio inicia funções em 2010. Alberto Correia, «Inauguração do novo Berçário e Creche», in *Boletim Informativo*, n.º 24, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 2010, p. 6.

²⁴ Referimo-nos à Creche Familiar, que se encontrava «pronta a funcionar» em 1988, e à Creche de S. Teotónio, instituída aquando do Berçário de S. Teotónio, em 2010. AHSCMV. *Livro das Actas da Mesa Administrativa da Misericórdia de Viseu*, Cota [antiga 1]: 11, 1984-1989, fl. 115 e Alberto Correia, *op. cit.*, p. 6.

²⁵ Vera Magalhães, «Misericórdia de Viseu: uma história de bem-fazer», in Alberto Correia & Vera Magalhães (coord.), *Tesouro da Misericórdia: catálogo*, Viseu, Santa Casa da Misericórdia de Viseu, 2013, p. 17.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 17.

²⁷ Sobre esta questão, veja-se: Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho, *op. cit.*, pp. 248-258.

²⁸ AHSCMV, *Livro dos Acordãos*, 1726-1816, fls. 195-196.

monumental fachada principal de estilo rococó coadunava-se com o interior barroco da igreja, evidente nos retábulos joaninos, nos azulejos figurativos e no teto ornado em arabesco²⁹.

Após verificação, em 1813, do estado de ruína da capela-mor da igreja, que ameaçava «grandes perigos», nomeadamente a estabilidade da nave³⁰, procedeu-se à sua reconstrução e renovou-se profundamente a sua decoração, passando-se a vislumbrar a talha dourada no altar-mor e nos altares laterais. Estas obras prosseguiram pelo corpo da igreja e pela sacristia, declarando-se terminadas com a bênção do novo templo a 24 de março de 1846³¹. Como mencionou Joana Balsa de Pinho, «a igreja é o centro do complexo arquitetónico, existindo divisões de um lado e do outro do espaço religioso, a fachada da igreja assume-se como a fachada da Casa» e é marcada pela presença de duas torres nos extremos dessa fachada³². Assim sendo, a autora supracitada defende que a fachada terá de ser entendida como a fachada da *Casa da Misericórdia* e não somente como a fachada da igreja que integra a *Casa da Misericórdia*. *Casa da Misericórdia* é, para Joana Balsa de Pinho, a terminologia que melhor define a realidade arquitetónica promovida pelas confrarias leonorinas, designando

o conjunto edificado composto por diversos espaços que serviam de cenário às mais importantes e diversificadas celebrações assistenciais, culturais e simbólicas protagonizadas pelas confrarias da Misericórdia e por onde passava toda a dinâmica e vida das mesmas, evidenciando alguns elementos característicos dessa vivência confraternal³³.

A *Casa da Misericórdia* congregava uma pluralidade de usos e servia de cenário às diversas e relevantes celebrações assistenciais, culturais e simbólicas. A autora refere o exemplo das igrejas paroquiais que, em alguns casos, são formadas pelo espaço religioso e por espaços de apoio, contudo, aquilo que as diferencia das *Casas das Misericórdias* é a natureza religiosa que é o âmago da função do edifício³⁴. No caso das Misericórdias, falamos no conjunto edificado e não só na

²⁹ Vera Magalhães, *op. cit.*, p. 22.

³⁰ AHSCMV, *op. cit.*, 1726-1816, fl. 279.

³¹ AHSCMV, *Livro da despesa da obra da igreja da Santa Casa*, Cota [antiga 2]: 660, folha de rosto.

³² Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho, *op. cit.*, p. 197.

³³ Joana Maria Balsa Carvalho de Pinho, *Da Casa da Misericórdia quincentista à Casa da Misericórdia setecentista: a Misericórdia de Viseu*, no prelo.

³⁴ *Idem*, *As Casas da Misericórdia: confrarias da Misericórdia e arquitetura quincentista portuguesa*, vol. 1, texto policopiado, dissertação de doutoramento em História apresentada à Universidade

igreja, situação que poderá ser corroborada através da *Casa da Misericórdia* de Viseu. A fachada monumental do edifício não corresponde ao interior da igreja, mostrando-se desproporcionalmente mais pequeno comparativamente à dimensão da frontaria. Esta situação comprova a perspetiva da autora referenciada, permitindo reforçar a ideia de que apesar de estar concebida como uma fachada similar à das restantes igrejas barrocas, o edifício é encarado como um todo.

As duas torres que constituem a *Casa da Misericórdia* de Viseu evidenciaram e continuam a evidenciar a ação cultural, assistencial, administrativa, educacional e até financeira desta confraria. Apresentaremos, de seguida, as funções que a *Casa da Misericórdia* foi adquirindo, sobretudo após o término das obras no decénio de 1840.

Ao verificarmos a descrição da planta da *Casa da Misericórdia* mandada edificar por D. Jorge de Ataíde, percebemos que a sua configuração se assemelha àquela que seguidamente apresentaremos, «a igreja no meio; e de um lado a sacristia, botica e casas de assistência, e de outro as casas de despacho, de tumbas e fabrica»³⁵.

A botica do Hospital das Chagas, que servia o hospital, as cadeias e todos os pobres, funcionou nas ilhargas da igreja até ao término do século XVIII, sendo, nesse período, transferida para as imediações do referido hospital³⁶.

A Casa do Despacho continuou, até ao século XIX, a integrar uma das alas adjacentes da igreja, transitando, posteriormente, para o salão nobre do Hospital Novo. Já no século XX, em 1969, por impulso do provedor Manuel Augusto Engrácia Carrilho, a sede administrativa regressou à *Casa da Misericórdia*³⁷, instalando-se na ala sul (lado esquerdo) do edifício³⁸ e aí permanecendo até 1987, ano em que é definitivamente estabelecida no antigo palacete Silva Mendes³⁹. Concomitantemente, o arquivo da confraria foi deslocado do hospital para o rés do chão da *Casa da Misericórdia* e, posteriormente, para o já mencionado palacete Silva Mendes, onde permanece. Aquando da transferência da sede administrativa e do arquivo para as novas instalações, passou a funcionar no seu lugar uma

de Lisboa pela Faculdade de Letras, 2012, p. 193 (versão eletrónica em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/9686>, consultada a 5 de maio de 2018).

³⁵ Maximiano de Aragão, *op. cit.*, p. 75.

³⁶ Vera Magalhães, *op. cit.*, p. 50.

³⁷ AHSCMV, *Livro de Actas*, Cota [antiga 1]: 8, 1968-1972, fl. 38.

³⁸ Sabe-se, através de fontes orais, que no piso térreo funcionava a secretaria e a tesouraria e que no piso superior tinha lugar a sala de reuniões e o salão nobre.

³⁹ A inauguração deste remodelado edifício ocorreu dois anos depois, em 1989.

associação de Apoio à Vítima e a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), delegação de Viseu.

A *Casa da Misericórdia* também serviu de local para a instituição demonstrar a sua capacidade económica e financeira. Fundado em 1868, e perpassado o propósito de instalação num solar setecentista, com serventia pela rua do Arvoredo, o Banco Agrícola e Industrial Viseense (BAIV) foi instalado, provisoriamente⁴⁰, na ala sul (lado esquerdo) da igreja, como decerto evidenciam as grades que protegem as janelas e a robustez de uma das portas interiores, que suportaria o cofre⁴¹. O Banco permaneceria na *Casa da Misericórdia* até ao dealbar de 1932, quando foi transferido para um edifício sito na rua Formosa⁴². Após saída do BAIV, a Misericórdia de Viseu cedeu os espaços ao Museu de Etnologia da Beira Alta da Junta de Província desta região que, em junho de 1955, solicitou autorização à Mesa Administrativa para proceder a obras de beneficiação e de adaptação⁴³. As fontes documentais não revelam a data de saída deste Museu da *Casa da Misericórdia*.

Em 1966, transmitiu-nos o atual sacristão da igreja, que herdou o cargo do seu pai, que também a *Casa da Misericórdia* serviu, até 1992, como casa de habitação. A Misericórdia de Viseu mostrou, mais uma vez, a sua ação de filantropia ao ceder à família do sacristão uma habitação onde ele e os seus descendentes poderiam coabitar⁴⁴. Nas Atas da Mesa Administrativa não se menciona esta in-

⁴⁰ Informação corroborada em ata da Mesa Administrativa: «A Mesa deliberou que se convidasse a Gerencia do Banco que esta Sta Casa criou para vir tomar posse no dia 15 do corrente, disto achando-se cumpridas todas as formalidades que dizião respeito as deliberações da Mesa e preparada a Casa onde o mesmo Banco pode funcionar provisoriamente». AHSCMV, *op. cit.*, 1863-1872, fl. 121.

⁴¹ A ata n.º 30 da Mesa Administrativa dá-nos conta que «foi deliberado autorizar a Junta de Província da Beira Alta, arrendatária dos anexos da Igreja desta Misericórdia, a retirar as portas de um cofre ali existente, as quais deverão ser entregues no Hospital desta Instituição sem dano». AHSCMV, *op. cit.*, 1951-1959, fl. 93v.

⁴² Esta informação pode ser confirmada no Jornal da Beira, de 11 de novembro de 1932 e no livro de inscrições de propriedade patente no Arquivo da Conservatória dos Registos Predial, Parcial e Automóveis de Viseu – liv. F7, inc. n.º 4291, de 1932, no fl. 91.

⁴³ As obras constavam de: «reparação dos tectos e pavimentos, caiação e pinturas, fechamento de uma porta envidraçada que existe no Gabinete anexo ao salão e abertura duma outra porta para comunicação directa entre o mesmo gabinete com a sala em que esteve instalada a Secretaria daquele Corpo Administrativo». AHSCMV, *op. cit.*, 1951-1959, fl. 84.

⁴⁴ Situação similar ocorreu com a esposa do anterior sacristão que, depois do seu marido ter falecido e não tendo morada própria, a Misericórdia viseense permitiu que habitasse no atual

formação, contudo, aquando do incêndio ocorrido na igreja, que obrigou à saída desta família, exatamente no ano de 1992, indicou-se nos jornais locais que o incêndio destruiu «a casa do sacristão que lhe era contígua»⁴⁵. A causa apontada para a deflagração do incêndio⁴⁶ remete-nos para a função educacional que também teve lugar na *Casa da Misericórdia*. O provedor Engrácia Carrilho e a Mesa que o acompanhava autorizaram a abertura de um núcleo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto na ala norte do imóvel⁴⁷.

Anterior a este «cenário devastador», no término da década de 1970, também no rés do chão do lado norte da *Casa da Misericórdia*, funcionou o Centro de Dia de Santa Maria, pertencente à própria Misericórdia⁴⁸. Cinco anos depois, a SCMV decidiu beneficiar o Centro de Dia com novas instalações no Bairro Maria do Céu Mendes⁴⁹.

Na viragem do século, no ano 2000, durante aproximadamente dois meses, a Santa Casa cedeu algumas salas da ala sul para a realização de formações da Loja do Cidadão de Viseu⁵⁰. Já na ala norte, iniciaram-se, nesse mesmo ano, as obras de recuperação para receber, pela segunda vez, um Museu. Tratou-se do Museu Grão Vasco⁵¹ que, em virtude das obras de remodelação do paço dos Três Escalões, expôs provisoriamente na *Casa da Misericórdia* algumas das suas peças⁵². A partir de então, a *Casa da Misericórdia* de Viseu não abandonou mais esta função; desde 2007 até à atualidade, funciona nas alas norte e sul⁵³ o Museu da própria instituição e na ala sul encontra-se a sacristia.

coro da igreja (mais uma vez, a documentação presente no Arquivo Histórico da SCMV nos permite comprovar esta informação comunicada pelo atual sacristão, Sr. Jorge Novo).

⁴⁵ Fernando Abreu, «Incêndio da Igreja da Misericórdia causa danos irreparáveis», *Diário de Viseu*, n.º 2195, 12 de junho de 1992, p. 2.

⁴⁶ As notícias locais avançaram que o incêndio poderá «ter irrompido a partir de um cigarro lançado, ainda por apagar, para um cesto de papéis» (*idem, ibidem*).

⁴⁷ AHSCMV, *Actas da Mesa Administrativa*, Cota [antiga 1]: 12, 1989-1992, fl. 63v.

⁴⁸ AHSCMV, *Livro de actas da Misericórdia*, Cota [antiga 1]: 9, 1972-1978, fl. 101v.

⁴⁹ AHSCMV, *Livro de actas da Misericórdia*, Cota [antiga 1]: 1, 1978-1984, fl. 62v.

⁵⁰ AHSCMV, *Actas da Mesa Administrativa*, Cota [antiga 1]: 14, 1997-2005, fl. 51.

⁵¹ Atualmente designado Museu Nacional Grão Vasco.

⁵² Pode ler-se na ata de 21 de junho de 2000 o seguinte: «tendo tomado conhecimento de todo o processo negocial, a Mesa deliberou arrendar ao Museu Grão Vasco os espaços da Ala Norte da Igreja da Misericórdia e o Salão do primeiro andar da Residência Dona Leonor, pela quantia de 500 contos e 200 contos respectivamente» (*idem, ibidem*, fl. 49).

⁵³ A abertura da ala sul teve lugar em 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegado o final deste estudo, é pertinente fazer uma reflexão global e um balanço sobre os resultados obtidos, os objetivos cumpridos, assim como apresentar sugestões e/ou recomendações no sentido de dar continuidade ao que aqui se apresenta.

Embora já existam outros trabalhos publicados sobre a igreja da Misericórdia de Viseu, nenhum se assemelha ao que aqui apresentamos, uma vez que aborda a igreja como um todo, tentando perceber as funções desempenhadas nas suas «dependências».

Desta feita, conclui-se que na *Casa da Misericórdia*⁵⁴ viseense ocorreu um leque variadíssimo de ações que permitiu à instituição demonstrar as suas diversas áreas de atuação e sua intenção em ajudar, de forma mais abrangente, as pessoas que mais necessitavam e, ao mesmo tempo, dar resposta às questões administrativas e económicas daí decorrentes. Deste modo, regista-se a instalação da botica, da casa do despacho, de um banco, do arquivo, de museus, de um centro de dia, de morada da família do sacristão, de instituições de solidariedade social, como o Apoio à Vítima ou a ACAPO e, inclusive, de um núcleo de uma faculdade de renome nacional, a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Isto prova, para além de outros aspetos, que a Misericórdia de Viseu não só usa os «anexos da Igreja» para realizar as suas funções, como permite que outras instituições usufruam dos espaços e ajudem a comunidade local. Este cenário indica-nos ainda que embora o edifício esteja, desde sempre, ligado à função cultural, não deixou por isso de se tornar um espaço global, com uma pluralidade de usos.

Terminamos o presente estudo com a sensação de que cumprimos o objetivo proposto, embora mais pesquisas e levantamentos se possam fazer para completar e abranger estes cinco séculos de «histórias de bem-fazer» praticadas na *Casa da Misericórdia* de Viseu.

NOTA CURRICULAR

Ana Filipa Amaral Pinto é licenciada em História. Mestre e, presentemente, doutoranda em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras

da Universidade de Lisboa (CLEPUL). Arquivista da Santa Casa da Misericórdia de Viseu, detendo trabalhos publicados no âmbito da arquivística, mais concretamente relativos a arquivos históricos de Misericórdias portuguesas.

⁵⁴ Expressão utilizada por Joana Balsa de Pinho, que seguimos por julgarmos que se enquadra nas características do edifício.